

## Fernando Molica

### A mais-valia dos penduricalhos

Ao limitar e, ao mesmo tempo, institucionalizar penduricalhos salariais, o Supremo Tribunal Federal nacionalizou o que a Prefeitura do Rio chama de mais-valia: nada a ver com o conceito marxista, mas um jeitinho carioca de regularizar construções irregulares. Mediante o pagamento de uma taxa, o dono do imóvel tem o direito de legalizar seu puxadinho.

Para o senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o STF “bateu uma laje” ao conceder o benefício. Mas a corte não autorizou apenas o acréscimo de um andar, mas de até 70% do já robusto prédio salarial de juízes e integrantes do Ministério Público. É como se o dono de um edifício de dez andares tivesse o direito de construir mais sete — sem respeitar gabarito, sem pagar mais-valia e sem provar que a construção resistirá ao peso adicional.

O STF reconheceu e legalizou a existência de um teto que se sobrepõe ao teto constitucional, hoje de R\$ 46.366,19. Mas, apesar da aberração arquitetônica, a AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) protestou. Em nota, gritou contra o que classificou de “redução remuneratória imediata” e da não admissão do que chamou de “direitos reconhecidos”.

A entidade que representa juízes acha injusto receber um salário que, pela nova decisão, pode chegar a R\$ 78.822,51. Ao fazer isso, a AMB admitiu que magistrados se acostumaram a receber valores bem maiores. Grana que vinha em forma de auxílios diversos, que sequer eram detalhados nos sites de tribunais.

A entidade de juízes repete o argumento de que limitações salariais impactam a atratividade da

carreira. Uma alegação é absurda: a magistratura é, entre as carreiras do serviço público, a que oferece melhor remuneração aos seus integrantes — mesmo sem penduricalhos.

Ninguém contesta que juízes precisam ter vencimentos proporcionais à sua formação e à sua responsabilidade. Mas isso não pode ser confundido com privilégio, com um processo de acumulação infinita de vantagens, algo que permitiu ao presidente de um tribunal de Justiça receber, em janeiro, R\$ 384.954,59. Há inúmeros casos semelhantes pelo país.

Não custa lembrar que juízes são servidores públicos, e exercem seu trabalho em um país em que a maioria da população rala muito para conseguir chegar ao fim de cada mês. Têm direito a um belo salário, férias de 60 dias — dos quais 30 podem ser convertidos em dinheiro — e estabilidade.

Quem acha que isso é insuficiente tem sempre a opção de optar pela iniciativa privada. Neste campo, os ganhos são ilimitados (ainda que a possibilidade de receber muito menos que na magistratura seja também bem maior: por seu trabalho como professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o ex-ministro do STF Luís Roberto Barroso recebeu R\$ 12.510,26 em fevereiro passado).

A nota diz que a medida do STF “tende a produzir reflexos na organização e na eficiência da prestação jurisdicional” — faz um alerta que, no limite, pode ser encarado quase como uma ameaça.

O texto ainda diz ser preciso “definir o tipo de magistrado que se pretende manter e atrair para a carreira”. Com todas as vênias, arrisco dizer que a preferência recai sobre juízes menos corporativos, mais atentos à realidade do país e a limites constitucionais.

## Tales Faria

### CPMI do INSS corre o risco de ficar sem relatório

Fosse um jogo de futebol, seria uma goleada: o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), perdeu de 8 a 2.

Esse foi o resultado da peleja, ou melhor, do julgamento pelos seus pares na Corte sobre se ele estava certo ou errado ao conceder a medida liminar autorizando a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS.

Mendonça só teve o voto favorável do ministro Luiz Fux — um autodeclarado dissidente desde o julgamento dos golpistas do 8 de janeiro de 2023. Todos os demais votaram contra. Na prática, é como se os ministros aplicassem uma repreensão pública à atuação do colega como relator do inquérito que apura o escândalo do Banco Master.

Os ministros achavam que Dias Toffoli errou a mão como relator. Haviam aproveitado o envolvimento do resort Tayayá, de sua família, em negócios com o banco para convencer o colega a se afastar da função. Mas também o desempenho de André Mendonça, que assumiu o lugar de Toffoli, não está agradando seus pares. Esse é um dos resultados do julgamento.

O que os ministros esperavam de Mendonça era uma relatoria que afastasse completamente a hipótese de suspeição ou de envolvimento político da Justiça no caso. Na linha mesmo que o próprio Mendonça defendeu em um evento, na sexta-feira (20), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) seccional do Rio de Janeiro cujo tema foi “Os desafios da advocacia no século XXI”. O ministro afirmou que o “bom juiz não é estrela”, mas alguém que cumpre o dever com senso de responsabilidade.

O presidente do Supremo, Edson Fachin, tem

cochado dos ministros autocontenção e senso de responsabilidade para melhorar a imagem da Corte, hoje desgastada. A culpa não é só do estrelismo de um ou de outro ministro, mas também do envolvimento político e da parcialidade política num momento de polarização pré-eleitoral no país.

Veio daí a grande curiosidade em torno do julgamento da liminar pelo plenário, nesta quinta-feira. Menos a decisão se a CPMI seria ou não prorrogada e, mais, o jogo de forças políticas entre os integrantes da Corte.

Ao assumir a relatoria com ênfase em contradizer Alexandre de Moraes, André Mendonça fez parecer, com suas atitudes, que uma aliança entre bolsonaristas e lavajatistas passou a dominar o STF.

Mas o plenário revelou que não. Se existiu essa aliança, ela ficou entre Mendonça e Fux no julgamento desta quinta-feira. Nem Kassio Nunes Marques e Dias Toffoli aderiram.

A questão será também contrabalançar o jogo de forças entre os ministros para que também não pareça uma guerra entre dois polos.

O comando da CPMI, dominado pela oposição e que vinha se sentindo empoderado, saiu da sessão visivelmente abatido. O presidente da Comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), após a proclamação do resultado, abandonou o tom arrogante e de enfrentamento com os governistas e imediatamente passou a falar em negociação para um relatório final de consenso.

Será difícil. A partir de agora, sem prorrogação, o mais provável é que a CPMI nem tenha relatório final aprovado.

## Fernando Baldin\*

### IA sem orquestração é um risco que as empresas ainda subestimam

A adoção de inteligência artificial nas empresas avançou rápido até demais, em muitos casos, organizações estão colocando IA dentro de processos críticos com o mesmo nível de controle que usariam em uma ferramenta experimental. Isso, na prática, é um acidente anunciado.

Existe uma premissa que ainda é pouco discutida fora dos times técnicos, que a IA, por natureza, não é determinística, especialmente nos modelos generativos, onde há um risco real de inconsistência, interpretação equivocada e até “alucinação”. Isso não é um defeito, é uma característica da tecnologia. O problema começa quando essa característica é ignorada dentro de processos de negócio que exigem precisão, rastreabilidade e conformidade.

Muita gente ainda associa inteligência artificial à ideia de agentes que executam tarefas específicas e esse modelo funciona bem em vários cenários. São aplicações com começo, meio e fim, regras claras e escopo limitado. Um agente que classifica e-mails, extrai dados de documentos ou responde perguntas frequentes, por exemplo, tende a operar dentro de um ambiente relativamente controlado. Mas o cenário muda completamente quando falamos de processos organizacionais de ponta a ponta.

Quando a IA passa a atuar em fluxos completos, que envolvem múltiplas etapas, regras de negócio, exceções e impacto direto em decisões, o nível de exigência sobe. Não basta mais “funcionar”, é preciso garantir que cada etapa esteja alinhada às políticas da empresa, que as decisões sejam verificáveis e que exista controle sobre o que está sendo executado. Sem isso, o ganho de eficiência pode rapidamente se transformar em risco operacional.

Orquestração, nesse contexto, não é apenas organizar tarefas, é criar uma camada de governança sobre a atuação da IA, é definir como ela executa, em que sequência, com quais validações e sob quais regras, e é garantir que o resultado final não seja apenas rápido, mas confiável.

Cada ação da IA precisa ser verificável dentro de parâmetros definidos, isso significa implementar “guardrails”, assegurando que o processo siga dentro dos padrões esperados. Não se trata de limitar a IA, mas de direcioná-la e de garantir que ela opere com autonomia, mas dentro de um contexto controlado.

Um exemplo simples: imagine o processo de auditoria de despesas corporativas com base em uma política de viagens. Tradicionalmente, isso exige análise manual, conferência de recibos e interpretação das regras. Com IA, é possível estruturar automaticamente os dados desses recibos e compará-los com a política da empresa. Mas sem orquestração, esse processo pode gerar inconsistências, como interpretações erradas de regras, exceções mal tratadas ou decisões sem rastreabilidade.

A IA não apenas executa tarefas, mas passa a operar dentro de um fluxo estruturado, onde cada etapa é definida, cada decisão pode ser auditada e cada resultado é validado contra critérios claros. Nesse modelo, o próprio processo, com suas regras e políticas, se torna a lógica que guia a execução.

Esse processo abre espaço para algo maior do que automação, estamos falando de uma nova forma de desenhar o trabalho. Em vez de processos documentados que dependem de interpretação humana, passamos a ter processos estruturados que são, ao mesmo tempo, documentação e execução. A operação deixa de ser apenas seguida e passa a ser orquestrada.

A discussão sobre IA nas empresas não pode mais se limitar ao “onde usar”, mas precisa evoluir para “como governar”, porque o desafio real não é implementar inteligência artificial, é garantir que ela opere com consistência, segurança e alinhamento ao negócio.

IA sem orquestração pode até funcionar em pequena escala, mas quando inserida em processos reais, ela amplifica não só eficiência, mas também erros.

\*Fernando Baldin é Country Manager LATAM na AutomationEdge